
A PEDAGOGIA CATÓLICA CLÁSSICA E A PROPOSTA PEDAGÓGICA JESUÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Zildete Inácio de Oliveira Martins

Resumo: o artigo sobre a 'Pedagogia Católica e a proposta jesuítica contemporânea' permite conhecer os princípios e as estratégias da pedagogia jesuítica clássica e contemporânea aplicadas no ensino superior católico nacional. A aplicação da Ratio Studiorum foi coroada em toda parte, com êxito incontestável. A pedagogia adotada pelos jesuítas caracterizou-se pelo espírito inaciano, apoiando-se no currículo humanista, na unidade de método e ordem. A qualidade do ensino, a formação de pessoas críticas, criativas, competentes e dispostas a modificar a realidade são propósitos máximos da educação jesuítica.

Palavras-chave: pedagogia jesuíta, ratio studiorum, ensino superior privado

É fundamental, na sociedade atual, trazer à tona a discussão sobre a Pedagogia Inaciana e seus fundamentos, porque os educadores poderão encontrar na sua espiritualidade uma fonte de inspiração para priorizar a formação integral dos discentes, mediante processos educativos nos quais a aprendizagem dos valores e das opções sociais e religiosas de fundamentação cristã sejam fomentadas e aplicadas a um mundo desumano, marcado pela miséria, exclusão e violência.

Pedagogicamente, a aplicação da *Ratio Studiorum* foi coroada, em toda parte, de um êxito incontestável. Não só a obra educativa dos colégios da Companhia de Jesus foi um dos fatores mais eficientes da contra-reforma católica, senão também que a ela se acha ligada grande parte da aristocracia intelectual dos últimos séculos, que teve sua formação em colégios jesuítas.

Estudar, portanto, um sistema pedagógico que tem em seu favor uma experiência multissecular de êxito, consiste em empreender um trabalho relevante. Alguns problemas enfrentados pelos educadores modernos podem obter soluções em princípios da *Ratio*, daí a atualidade da pedagogia jesuítica.

É reconhecida a influência dessa pedagogia na cultura brasileira e na de vários outros países do mundo.

Mais recentemente, a Companhia de Jesus vem se empenhando na aplicação de sua pedagogia renovada (novos princípios e propostas pedagógicas) nas instituições educacionais de nível médio e de ensino superior que mantém.

Sabe-se que educadores de outras instituições religiosas e leigas, que se identificam com a formulação pedagógica jesuítica, vêm estudando-a, por estarem convencidos da urgência da aplicabilidade da educação personalizada, em valores e orientada para a competência e para a solidariedade.

Alguns dos temas principais da pedagogia jesuítica são atuais e fazem parte da pauta de reflexão de pedagogos (autores) contemporâneos: construção do conhecimento, busca da excelência educativa, o papel do educador como pesquisador, aprendizagem contextualizada e impregnação de valores no currículo.

Considera-se que o paradigma pedagógico inaciano, quando bem aplicado à educação, poderá contribuir para o desenvolvimento de todas as dimensões e valores almejados pelo professor para seu aluno.

Frente às inovações tecnológicas do mundo moderno que vem num curto espaço de tempo imprimindo na sociedade um acúmulo de conhecimentos cada vez mais acelerado, dada a tecnologia disponível, cabe ao professor que se identifica com a proposta jesuítica de educação questionar:

- O que ensinar e como ensinar para formar homens conscientes, competentes, solidários, críticos e comprometidos com as transformações do mundo?
- Como estruturar um currículo inspirado na visão inaciana de educação?
- Quais são os princípios fundamentais do paradigma pedagógico inaciano a serem seguidos pelos docentes?
- Qual o objetivo supremo da educação jesuítica e como alcançá-lo?
- Como desenvolver a inteligência moral e ética dos educandos?
- Como (re)construir saberes escolares que levem a uma sociedade solidária e justa?

O objetivo deste trabalho é apresentar, de modo panorâmico, as principais características da pedagogia clássica dos jesuítas e analisar os princípios e estratégias da pedagogia jesuítica contemporânea.

A PEDAGOGIA CATÓLICA CLÁSSICA

Discutir a pedagogia católica clássica remonta obrigatoriamente às raízes, ou seja, à educação jesuítica, à ação pedagógica de mais de dois séculos (1540-1773), que foi responsável pela formação de várias gerações de estudantes de diversas partes do mundo. Abordando historicamente a pedagogia inaciana, Klein (1997a, p. 89) afirma ser possível periodizá-la em momentos distintos.

O primeiro período, denominado Gênese, estendeu-se por 57 anos (1542-1599), e foi marcado pela fundação e expansão dos colégios. Caracterizou-se pelo início dos trabalhos dos jesuítas em atividades de ensino (sala de aula e administração), culminando com a publicação do texto definitivo da *Ratio studiorum* – Encíclica Papal *Ratio atque institutionem studiorum* – pelo padre Aquaviva no ano de 1599.

A partir da fundação dos colégios, os jesuítas trataram de definir os princípios e as orientações práticas, ficando na incumbência de Inácio de Loyola (primeiro Superior Geral) a redação de normas para assegurar a uniformidade e a padronização desse tipo de ministério. Coube a Loyola redigir as Constituições da Ordem nascente.

A ação pedagógica jesuítica foi sempre considerada eficiente, graças ao preparo intelectual do quadro de professores e à uniformização de suas ações. Ghiraldelli Jr. (1990, p. 20-21) afirma que “a pedagogia jesuítica era baseada na unidade de método, de professor e de matéria”. Todos os professores deveriam utilizar a mesma metodologia e cada turma seguiria seus estudos, do começo ao fim, com o mesmo mestre; e o assunto a ser focado pelo professor e estudado pelo aluno se apoiaria em um número limitado de autores, principalmente aqueles vinculados ao pensamento oficial da igreja. A disciplina era rígida (reflexo do caráter militar e inflexível da ordem jesuítica), cultivando-se a atenção, a perseverança nos estudos – traços marcantes de caráter que eram considerados essenciais para o cristão leigo e para o futuro sacerdote.

Segundo Farrel (*apud* FRANCA, 1952), as características dominantes na pedagogia jesuíta se apóiam no currículo humanista, no espírito inaciano, no método e na ordem. Segundo Libâneo (1998, p. 110), a “pedagogia católica formulou uma filosofia de educação de caráter acentuadamente especulativo e normativo”.

Perante a sociedade da época, a pedagogia jesuíta adquiriu notória superioridade e projeção porque apresentava uma organização melhor, uma visão superior mais esclarecida e possuía um quadro contínuo e permanente

de professores aptos e capacitados; somando-se a tudo isso uma planificação mais cuidadosa do corpo docente.

Os professores recebiam uma formação rigorosa nas universidades. O mestre ocupava um lugar de relevo, pois nele se concentrava toda a eficiência do sistema educativo. Segundo padre João Bonifácio (apud FRANCA, 1952, p. 87), “tudo depende do professor”.

Na pedagogia da *Ratio*, é fundamental ter bons professores porque eles sustentam a qualidade do ensino, a aprendizagem e a boa formação do aluno. Acima das diversas reformas pedagógicas, de programas, métodos e livros, está a figura do bom professor.

Como os jesuítas concebiam a formação do professor?

Sua formação deve ser inteira ou completa, abarcando todos os aspectos da perfeição humana para fazer jus ao conceito integral da missão educadora. O educador deve ser inteligente, culto, ilustrado e ter personalidade que influencie o educando, ajudando-o a ser o homem perfeito de amanhã.

A formação moral é a primeira preocupação da Companhia de Jesus e para consegui-la o professor se preparava por um período de dois anos aprendendo a controlar suas paixões, seus sentimentos e a dominar suas tendências impulsivas. Transformar as virtudes cristãs de caridade, paciência, renúncia de si mesmo, e piedade sólida em hábitos vivos. O mestre deve aprender a voltar para si mesmo, fazendo uma análise introspectiva, aguçando sua visão psicológica.

Após a formação moral, o professor jesuíta inicia sua formação intelectual, adentrando no estudo profundo das letras clássicas – latim, grego, hebreu – por mais dois anos. Recebendo uma polida formação filosófica ao longo de três anos, o professor está apto para o exercício do ensino. Perfazendo um período de sete anos, o mestre podia exercer a profissão no ensino secundário.

Para se ingressar no magistério de nível superior, exigia-se uma preparação de mais seis anos: 4 de estudo de teologia e 2 de especialização na disciplina (ou cadeira, segundo a nomenclatura da época, atualmente em desuso) a ser ensinada. Observa-se ainda, no processo de formação, uma iniciação profissional ao estudo das disciplinas do currículo e uma formação pedagógica. Franca (1952, p. 90) afirma:

a regra 9 do Reitor prescreve que, antes do exercício do magistério, os futuros mestres devem receber orientação de um homem experiente na arte de ensinar (docendi peritissimum). O orientador iniciará o futuro mestre na prática viva do magistério, submetendo-o ao exercício

da preleção, ditado, correção de trabalhos escolares e outros ofícios do bom professor.

Quanto à iniciação profissional as exigências são maiores, a ponto de estabelecer, no ano de 1563, que em cada província dever-se-ia fundar uma academia ou “seminários pedagógicos” destinados à formação de “bons professores”. Além disso, recomendava-se o esforço permanente de manter na província, pelo menos dois ou três homens insignes nas boas letras e dedicados a este ofício. Afirma Franca (1952) que, em 1581, seminários pedagógicos foram fundados em Maltheim e Augsburg, surgindo também análogos em outras províncias europeias.

Não é sem razão que Ziegler reconhece nos jesuítas o mérito de serem os primeiros a se ocupar da formação pedagógica dos professores. A iniciação do professor, originada em institutos especiais, era complementada pela leitura de obras escritas para este fim. Conclui-se que a perfeita formação pedagógica do professor era uma das preocupações fundamentais da Ordem.

Os colégios fundados para a formação de professores recebiam relatórios a respeito das experiências levadas a efeito em todas as partes do mundo. Essas experiências eram avaliadas, codificadas e reformuladas de acordo com a conveniência da Ordem e posteriormente foram registradas no documento *Ratio studiorum* que, segundo informa Manacorda (1997), regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico – a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina.

A *Ratio* foi aplicada nos colégios a partir do ano de sua publicação, tendo vigorado por cerca de 174 anos (1599-1773), sendo que sua supressão coincidiria com o fim da ordem jesuítica. A *Ratio* consistia, pois, em um documento contendo a organização e o plano de estudos da Companhia de Jesus. Para Franca (1952, p. 43), esse documento não é um tratado de pedagogia – não expõe sistemas e nem discute princípios – trata-se de um conjunto de normas objetivas apresentando regras práticas sobre ação pedagógica, organização administrativa e outros, dirigido à hierarquia provincial, ao reitor, ao prefeito dos estudos, aos professores, aos alunos e bedéis, apontando responsabilidades e subordinações dos dirigentes das instituições. Seus princípios pedagógicos são mais supostos do que enunciados e, como manual prático, preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula. Para Franca (1952, p. 42), a *Ratio* é resultante da experiência comum, viva e ampla. Como prática formou aos poucos uma tradição em que os processos didáticos, assimilados com

sábio discernimento entre os mais acreditados do tempo, passaram a ser aviventados por um espírito novo.

A *Ratio studiorum* possui um valor duradouro e permanente, como se depreende da afirmação de Franca (1952, p. 78):

Todo código de educação espelha a fisionomia da época em que nasceu. Formulado na 2ª metade do séc. XVI, o Ratio traz o cunho, a marca do Renascimento. Seu sistema de educação enfeixou, nas suas grandes linhas, os elementos essenciais de formação do homem. No seu bojo traz algumas verdades fundamentais de uma pedagogia que não morre.

Na análise de Maria Lúcia Aranha (1989), a finalidade da educação jesuítica consistia na formação do homem educado (*honnête homme*), perfeito conforme a sociedade aristocrática da época, o “gentil homem”, o homem culto e polido. Confirmando o pensamento dessa autora, Franca (1952, p. 44) diz que o “alvo visado era universal, a formação do homem perfeito, do bom cristão”. Para atingir tal intento, o ensino foi direcionado para a formação eminentemente humanista, harmoniosa, buscando a conciliação entre as obras clássicas e o espírito religioso. A ênfase à educação humanística era acompanhada pela formação de valores.

Os professores jesuítas indicavam a leitura das obras clássicas cujos autores eram pagãos, porém faziam adaptação aos ideais cristãos, suprimindo os que consideravam perigosos para a fé (ARANHA, 1989). A preocupação dos jesuítas pela formação intelectual clássica, conforme Klein (1997a, p. 30), “sempre esteve conjugada com a formação moral, das virtudes e dos bons hábitos”.

A pedagogia dos jesuítas é, antes de tudo, iluminada por um grande ideal – glorificar a Deus. Assim, promover a realização plena da natureza humana elevada à ordem sobrenatural de acordo com os desígnios divinos, constitui o ideal educativo que norteia as atividades pedagógicas da Companhia. Ressalte-se que os mestres não perdiam o anseio de inculcar o amor à virtude e orientar os alunos para Deus.

Na prática da vida escolar, este objetivo geral concretiza-se em finalidades específicas. Assim, nos cursos universitários, visam-se mais diretamente à formação profissional, ao passo que, no secundário, a finalidade é preferencialmente humanística. Esta formação, presente no plano da *Ratio*, concorda com o ideal do século XVI (renascentista) que é a eloquência latina “*ad perfectam informat eloquentiam*” (FRANCA, 1952, p. 80).

Dessa forma, na gramática o aluno deveria se expressar clara e corretamente, nas humanidades valorizava-se a expressão bela e elegante, a

retórica, a expressão enérgica e convincente. Estudar latim no século XVI era obrigatório, pois constituía o vínculo de unidade da civilização europeia e também de transmissão de toda a cultura superior. Ao professor, cabia desenvolver no jovem capacidades naturais, ensinar-lhe a servir-se da razão, da inteligência e da imaginação. No dizer de Franca (1952, p. 84), “o raciocínio seguro, o critério na apreciação dos homens, a capacidade de expressão exata, bela e enérgica de uma alma harmoniosamente desenvolvida, representam aquisições humanas de valor perene”.

Complementando a característica da formação humanística, sobressai na pedagogia inaciana o fato de ser essencialmente ativa. Para pôr em relevo essa característica a simples organização da aula já é significativa. Essa aula é antes de tudo uma sala de exercícios em que cada aluno tem uma função a desempenhar. Os exercícios a serem desenvolvidos pelos alunos são múltiplos e interessantes. Ao professor cabe a missão de cobrar a atividade do jovem. Em outras ocasiões, o professor recorre ao *eruditio*, ou seja, transmissão de conhecimento positivo e interessante visando estimular a atividade intelectual. Dentre os procedimentos pedagógicos a serem adotados pelos professores a respeito das regras contidas na *Ratio studiorum*, sobressaem os princípios de apresentar

definições precisas e o de adaptá-las conforme a consideração realista da diversidade de capacitação e de experiência dos alunos, ou seja, adaptação aos lugares, tempos e pessoas, embora busque uma ordem (KLEIN, 1997a, p. 30).

A exigência na adaptação da organização escolar e do processo educativo decorre da convicção de que as pessoas distinguem-se não só pela idade e pelos gostos, mas pelos talentos, conhecimentos básicos e empenho nos estudos.

Uma das partes mais interessantes da pedagogia inaciana refere-se à metodologia a ser adotada pelo professor. Entende-se por metodologia tanto os processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimentos quanto os estímulos pedagógicos postos em ação para assegurar o êxito do esforço educativo. A intenção é orientar os professores novos e unificar o sistema de ensino e a tradição pedagógica da Ordem. A multiplicidade de métodos propostos permite uma ampla liberdade de escolha e de adaptação à diversidade dos processos e dos estímulos e à variedade das circunstâncias. Confere aos mestres amplos poderes não só no emprego dos métodos indicados, como também na invenção de outros.

A metodologia de ensino sugere ainda ao professor o cuidado especial com a pessoa do aluno, em prol de seu bem-estar e progresso, a flexibilidade para adaptar o trabalho escolar ao processo educativo. Esse trabalho deverá ser adequado à sua capacidade, às suas limitações ou dificuldades, porém deve se primar pela intensidade. Sempre após a conclusão do trabalho, o aluno receberá orientação a fim de complementá-lo com outros exercícios ou de ajudar os colegas. O funcionamento das aulas seguirá os moldes de oficinas em que todos se movimentam e trabalham. Quanto à didática, os alunos são orientados para que estudem pelo menos cinco horas por dia, sendo duas e meia pela manhã e o restante à tarde.

No processo de transmissão dos conteúdos programáticos, alguns passos ou momentos didáticos foram sugeridos e rigidamente seguidos pelos professores dos colégios. Na análise de Klein (1997a, p. 36-40), “os momentos didáticos, na sua aplicação, não são realizados integral e linearmente durante uma aula”. Fazem parte desses momentos: preleção do professor, estudo particular do aluno, exercício de memória, repetições, trabalhos grupais diversos, declamações, lições públicas, representação e exposição de trabalhos, provas e exames. Primeiramente o professor faz a preleção (*prelectio*), ou seja, apresenta rápida e ordenadamente a matéria a ser trabalhada. Trata-se de uma lição antecipada do conteúdo a ser estudado pelo aluno. “A preleção constitui o centro de gravidade do sistema didático da *Ratio*” (FRANCA, 1952, p. 57). Seus métodos e formas de aplicações diferem conforme o nível intelectual dos discen-tes. Na cooperação viva, o aluno vai exercitando a imaginação, o juízo, a razão e a memória. Observa e analisa palavras, períodos, parágrafos, resume passagens, compara, critica, adquire hábitos corretos de estudo, desenvolve o desejo de investigação para formação do critério de uma apreciação pessoal. Para atingir seu objetivo, o professor tem de ter preparação intelectual bastante cuidadosa.

O estudo antecipado do assunto permite ao professor transmitir ao aluno com segurança e domínio o conteúdo. Na preleção, apenas os autores clássicos serão trabalhados. A forma utilizada na preleção obedece ao seguinte roteiro:

- leitura integral do trecho;
- exposição do argumento de forma sucinta e, se for necessário, fazer a conexão com que o precede;
- leitura de cada período, e quando explicado em latim, esclarecer os pontos mais obscuros, fazer a ligação de um ao outro, expondo o pensamento com frases inteligíveis – quando for usado o vernáculo, conservar a ordem de colocação das palavras a fim de habituar os ouvidos ao ritmo.

- ao retomar o trecho, deve-se inicialmente fazer as observações e adaptações a cada classe, a menos que elas estejam inseridas na própria explicação. Se houver necessidade de anotações, o professor poderá ditá-las aos alunos.

Encerrada a preleção, o professor entrará no segundo momento didático, quando orientará o aluno a fazer o estudo individual, mediante trabalhos escritos e pesquisas: composição oral e escrita, exercícios de memória, declamações, representações, teatro, repetições constantes com o fim de obter a fixação dos exercícios/desafios.

Os melhores alunos, denominados “decuriões”, juntamente com os censores, monitoravam os professores ajudando-os a tomar as lições dos demais, recolhendo os exercícios e corrigindo os cadernos (erros e faltas). Auxiliavam na conservação da ordem e da disciplina. Cada decurião assumia a incumbência de orientar nove colegas de sala (ARANHA, 1989). O termo tem origem na antiga Roma – uma decúria, entre os romanos, era um corpo de cavalaria e de infantaria composto de dez soldados – e decurião era o chefe da decúria. O decurião deu origem à figura atual do monitor.

Nas orientações da Ratio, os exercícios e as avaliações de aprendizagem devem ser adotados pelos docentes, sugerindo-se, ainda, a realização de torneios ou disputas na sala de aula, onde os alunos sejam desafiados a resolver exercícios diante de autoridades e convidados.

No terceiro momento, denominado “emulação”, os alunos são estimulados a competir com os próprios colegas de classe e com os de outras salas. Os alunos que apresentavam os melhores trabalhos eram premiados. Para essa premiação, os jesuítas preparavam solenidades pomposas, convocando autoridades eclesiásticas e civis, e as famílias dos alunos. A emulação constitui uma das forças psicológicas mais ativas e eficientes e sempre foi incentivada pelos jesuítas, mediante o ingresso dos alunos mais talentosos e esforçados nas academias (ARANHA, 1989). No entanto, o sentimento que ela desperta no aluno de ser igual ou melhor que seus pares, faz dessa prática um princípio de castração do ser humano.

Os torneios escolares e as distinções públicas contribuíam para despertar o ardor e o entusiasmo pelo estudo. Em contrapartida, as academias tinham a função de incentivar a atividade espontânea dos alunos, despertando-lhes o gosto pela pesquisa e abrigando horizontes para aqueles que pretendiam ir além das obrigações rotineiras das aulas. Franca (1952, p. 65) informa que “nos grêmios literários e científicos, reuniam-se convidados de fora, autoridades que assistiam às disputas, declamações e discursos”.

Ao estimular os jovens apelando para a sua honra, os jesuítas utilizavam uma psicologia que valorizava o brio e o amor próprio deles e obtinham

resultados positivos e animadores com os alunos que estavam em busca de distinções escolares. Em vez de motivar o aluno ao progresso intelectual mediante coerção, os jesuítas preferiam utilizar meios mais humanos e eficazes, como o apelo à busca da glória e da excelência.

Nesse estímulo, Locke (*apud* FRANCA, 1952, p. 66) via “o grande segredo da educação” e Lessing “o motivo que leva a alma humana a esforçar-se continuamente para chegar, com o trabalho da reflexão pessoal, à verdade”. Schimberg, também citado na mesma obra, afirma que nos processos empregados pelos padres jesuítas, os resultados eram consideráveis. A nobreza e a burguesia da época conseguiram despertar gosto e entusiasmo pela cultura intelectual e pelas letras.

Em uma etapa posterior à emulação, são desenvolvidos com os alunos os “exercícios de memória” culminando no momento das “repetições em casa”. Excetuando-se os sábados, os feriados e os dias festivos, era obrigatória durante uma hora a repetição para os escolásticos a fim de os alunos exercitarem a inteligência, esclarecerem as dúvidas e apresentarem as dificuldades encontradas. Dentre os alunos da classe, um ou dois eram solicitados a repetirem a lição de memorizada, somente por um quarto de hora; em seguida, um ou dois formulavam objeções e outros respondiam. Propor dúvidas e conservar as argumentações em forma silogística também se recomendavam. Aos sábados, os alunos mais fracos ou das “classes inferiores” eram avaliados em uma denominada “sabatina” ou prova das lições transmitidas ao longo da semana.

Klein (1997a, p. 38) afirma que a preocupação principal dos jesuítas era pela “pessoa que, devido à sua originalidade irrepetível, deve ser conhecida, em sua individualidade, em sua história e em sua capacitação”. A *Ratio studiorum* reitera essa preocupação, e, no processo de ingresso do aluno ao colégio, além da aplicação de testes de conhecimento, entrevistavam-se os pais ou responsáveis para verificar a boa instrução do jovem, a boa índole e os bons costumes.

Convicta de que o educando é uma pessoa “concreta e circunstanciada”, a direção da escola designava a classe que ele frequentaria em conformidade com seu preparo intelectual e seu nível e isso era fundamental para assegurar seu desempenho.

No decorrer do ano letivo, docentes e diretores discutiam a respeito do desempenho dos discentes de cada classe a fim de sugerir corretamente a transferência de turma, mesmo antes do encerramento do ano, verificando se os alunos conseguiram superar a “mediana”, cumprindo os objetivos da etapa anterior. Para preservar e garantir a dignidade da pessoa humana, os professores recebiam dos jesuítas constantes orientações de como tratar bem

seus alunos. Para isso, a *Ratio studiorum* estabeleceu algumas regras norteadoras para os professores das faculdades superiores (KLEIN, 1997a):

- não desprezar ninguém;
- ser zeloso, cuidadoso quanto ao adiantamento dos discentes nas lições e exercícios escolares;
- não demonstrar ser mais familiar com um aluno do que com outros;
- cuidar com igualdade dos estudos de pobres e ricos;
- cuidar do progresso individual dos discentes;
- insistir no progresso intelectual, espiritual e moral dos alunos (servia de critério para a seleção dos professores);
- tornar o estudo agradável, variado e motivador.
- nas sanções disciplinares, o docente deveria proceder com espírito de doçura, conservando a paz e a caridade com todos;
- ter disponibilidade de tempo para atendimento aos alunos;
- prevenir-se contra qualquer atitude dúbia no relacionamento com o aluno;
- inculcar nos alunos a prática de piedade sem que pareça aliciamento.

No contexto histórico-cultural do século XVI, a *Ratio studiorum* estabeleceu essas regras comuns a todos os professores e diretores das faculdades superiores (KLEIN, 1997a, p. 37). O objetivo primordial contido nelas era garantir a unidade entre professores, diretores e alunos, exigindo-lhes a fidelidade doutrinária.

Constata-se, assim, que a pedagogia jesuítica, a disciplina nos colégios, a didática, as normas administrativas gerais e os conteúdos ministrados constavam no documento geral *Ratio studiorum*, que foi publicado no ano de 1599 e vigorou até 1773, data da supressão da Ordem Jesuítica pelo Papa Clemente XIV.

Antes de ter ocorrido tal supressão, uma das medidas mais controversas da administração do Marquês de Pombal foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, com o confisco dos bens, em 1759. Essa medida pode ter sido tomada com o intuito de centralizar a administração portuguesa e impedir as áreas de atuação autônoma por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa.

Os jesuítas estiveram no Brasil desde a época colonial e aqui permaneceram por mais de 200 anos, em que desenvolveram um trabalho missionário e pedagógico. Foram eles os responsáveis pela estruturação de três cursos no País: Letras Humanas, Filosofia e Ciência, e Teologia e Ciências Sagradas – destinados à formação do humanista, do filósofo e do teólogo. Catequizaram índios, educaram os filhos dos colonos, promoveram a for-

mação da elite intelectual e de novos sacerdotes, além de exercer o controle da fé e da moral da população da época.

No processo de formação da cultura brasileira, a tradição religiosa no ensino constitui a principal influência jesuíta presente até o século XIX. Pode-se considerar o período compreendido entre 1773 e 1814 (41 anos) como uma fase de transição, em que foram deflagrados vários movimentos no panorama mundial, imprimindo modificações substanciais no quadro econômico, político, cultural e social da época.

Analisando alguns fatores observados nesse panorama, Bangert (*apud* KLEIN, 1997a, p. 41) aponta como algumas dessas modificações a Revolução Norte-Americana (1776), a Revolução Francesa (1789), as diversas expulsões dos jesuítas em várias partes do mundo e o conseqüente fechamento de suas instituições educativas, a normalização dos programas educativos pelos governos dos Estados Modernos, a necessidade de os colégios jesuítas cobrirem as mensalidades dos alunos em virtude da carência de apoio financeiro e da perda da importância cultural desses colégios em diversos países. Apesar do fechamento da Ordem Jesuítica, alguns deles foram mantidos. Em 1814, o papa Pio VII restaurou essa Ordem, permitindo-a trabalhar em seus colégios.

O segundo momento da pedagogia jesuítica detectado por Klein abrange o período entre 1814 e 1965 e é caracterizado pelo restabelecimento dessa Ordem e pela intensificação da busca para recuperar a tradição pedagógica. Representa também a fase de tentativas de resgate da *Ratio studiorum*, cujo caráter era universal. Em uma Congregação Geral ocorrida no ano de 1829, o Superior Geral, padre João Roothaan, foi incumbido de constituir uma comissão para rever a *Ratio*, atualizando-a e adaptando-a a planos de estudos regionais; porém somente em 1832 ela ficou pronta e foi encaminhada aos padres superiores para as devidas críticas.

Para Klein (1997a) as principais alterações foram relativas ao currículo (carga horária, introdução de disciplinas modernas, equiparação da língua vernácula ao latim e ao grego, recomendação dos cursos de química e astronomia). Passava a considerar fundamentais algumas disciplinas antes tidas como acessórias: história, geografia e matemática.

A definição de um currículo mais humanista e a normalização do trabalho educativo em regiões culturalmente diferentes não foram concretizados. Em termos oficiais, o novo texto da *Ratio* não foi sequer sancionado por uma Congregação Geral, porém continuou vigorando no processo de formação dos jesuítas.

Ocorreu no ano de 1853 a solicitação da revisão da *Ratio* em face do número de instituições educativas controladas pelos jesuítas na época. A Ordem dirigia 93 instituições educativas no ano de 1844 (KLEIN, 1997a, p. 41). Após a realização da 25ª Congregação Geral dos Jesuítas, ocorrida em 1906, foi elaborada a *Ordo regionales studiorum*, que permitia às províncias criarem um plano de estudos e estabelecerem os próprios regulamentos (KLEIN, 1997a). Quanto à revisão da *Ratio studiorum*, visando adaptá-la ao mundo moderno e mantendo-lhe o caráter universal, ficou estabelecida a sua impraticabilidade.

Para complementar o texto de 1832 no aspecto de efetivação de planos de Estudos Regionais, as províncias continuaram trabalhando nos próprios planos, sobressaindo-se os Estados Unidos da América pelo “alcançe e ineditismo de suas propostas que foram aprovadas *ad experimentum* por 3 anos”, em 1934, pelo Superior Geral Padre Włodimir Ledochowski (KLEIN, 1997a, p. 42).

A Instrução de 1934 passou a “regulamentar a formação dos Jesuítas e educadores desde o seu ingresso na Ordem até o exercício da docência” (KLEIN, 1997a, p. 42). Tinha ela também como meta recuperar o vigor pedagógico e evangelizador dos colégios jesuítas norte-americanos, reorganizar as instituições educativas segundo os princípios jesuíticos e as normas da *Ratio studiorum*, buscando a renovação em conformidade com os modernos métodos pedagógicos, objetivando dar um novo impulso ao trabalho dos padres da Ordem, atualizando-o, na tentativa de colocá-lo nos mesmos patamares das instituições educativas similares.

O Superior Geral Ledochowski, conforme citado em Klein (1997a, p. 43), na Instrução Geral orientava os jesuítas a buscarem as causas do desprestígio de algumas escolas e também a superação desses problemas. Recomendava ainda maior visibilidade no trabalho educacional, um novo empenho dos docentes buscando graus acadêmicos (graduação e pós-graduação), voltando-se para a produção científica (escrever livros, artigos, textos), proferindo conferências e mantendo contato com as diversas organizações de ensino. Para se manter a coesão e o intercâmbio entre as instituições educativas jesuíticas, fundou-se a associação Jesuit Educational Association (JEA) e outras instâncias de apoio educativo (KLEIN, 1997a).

Em 1941 o Superior Geral Ledochowski publicou *ad experimentum nova Ratio studiorum* (*Ratio* de 1941), que se tornou conhecida como “*Ratio* do Pe. Ledochowski”. Após a 29ª Congregação Geral realizada no ano de 1946, os jesuítas encarregaram o superior geral, “Pe. João Batista Janssens, de redigir e promulgar nova e definitiva *Ratio*, apenas para os estudos su-

periores dos jesuítas, ele o fez em 1954 (*Ratio*1954), sendo este o último texto denominado *Ratio studiorum*” (KLEIN, 1997a, p. 44).

A partir da promulgação dessa última *Ratio*, os jesuítas encontraram os subsídios teóricos necessários para a renovação dos seus métodos pedagógicos e a modernização dos colégios da Ordem conforme a análise apresentada na parte seguinte.

A PROPOSTA PEDAGÓGICA JESUÍTICA CONTEMPORÂNEA

A proposta jesuítica contemporânea tem suas raízes na *Ratio studiorum* de 1954. Porém, é no terceiro momento da pedagogia jesuítica, iniciado em 1965 e caracterizado pela intensificação da Renovação Pedagógica que se pode situá-la concretamente. Desse movimento surgiram os temas principais da atual pedagogia inaciana.

No período compreendido entre a elaboração dos Planos Regionais para os estudos dos seus membros e a realização da 31ª Congregação Geral (1965-1966), os colégios jesuítas permaneceram sem orientações atualizadas para atingir um eficiente desempenho. Essa congregação passou a representar o grande marco detonador do processo de renovação dos colégios da Ordem e, a partir daí, todas as orientações foram fundamentadas no documento resultante do Concílio Ecumênico Vaticano II que consagrou várias partes específicas da educação, denominado Declaração Gravissimum educationis, sobre a educação cristã, conforme consta em Klein (1997b, p. 46).

Em relação à educação, a Igreja passa a enfatizar o seu papel e sua respectiva influência no crescente progresso social das sociedades atuais. E os jesuítas perceberam a importância conferida à educação por parte dos governantes das nações, como um meio de capacitação profissional dos jovens a fim de ingressarem no mercado de trabalho e de se adaptarem ao convívio social (KLEIN, 1997b, p. 46).

Deve-se ainda considerar que, na contemporaneidade, a finalidade primordial da pedagogia jesuítica volta à tona mais acentuadamente, no intuito de resgatar o “apostolado educativo” em instituições escolares, sendo este um dos principais trabalhos da Ordem. A esse respeito, comenta Klein (1997b, p. 47):

Virtude e letras ou fé e ciência, o trabalho educativo visava fazer dos homens cristãos, homens cultos e comprometidos com o apostolado moderno, e propiciar aos não-cristãos, por meio de uma formação integral, a orientação para o bem comum e o conhecimento e amor de Deus ou, pelo menos, dos valores morais e religiosos.

Sem dúvida, na contemporaneidade, a tônica da pedagogia jesuítica se embasa em “renovação, mudança e adaptação às circunstâncias de pessoas, lugares e tempos” (KLEIN, 1997b, p. 47). A meta é a descoberta e criação de novas formas intelectuais, aperfeiçoamento das escolas secundárias, convertendo-as em grandes “centros de cultura e de fé”. Pensando na adoção de um critério único a ser implantado nas escolas, chega-se ao consenso de que é a qualidade do ensino ou dos serviços prestados à clientela que exercerá influência positiva e benéfica na sociedade. Dentre as inúmeras providências recomendadas, algumas se sobressaem como

a compatibilidade da educação infantil, das escolas técnicas e agrárias, da educação de adultos, do ensino de matérias profanas com o caráter sacerdotal da Ordem; a vinculação à aprovação do Padre Geral da introdução da co-educação, que havia sido proibida no ano de 1957 (KLEIN, 1997b, p. 47).

No processo formativo do educando, o ensino humanístico e técnico deve ser associado com a formação moral e doutrinal, conforme a doutrina social da Igreja. Abrindo-se aos sinais dos tempos, a formação religiosa é ministrada de forma mais aberta, sugerindo-se que as atividades sejam propostas, e não impostas, aos discentes evitando-se o uso de “abordagem proselitista”. Aos não cristãos deve-se prestar ajuda levando-os à aquisição de “virtudes sólidas e retidão moral” (KLEIN, 1997b, p. 47). Buscando a renovação pedagógica, pesquisas e experiências foram incentivadas, objetivando-se a criação de novos métodos de educação. Dessa maneira, as orientações metodológicas mais consistentes direcionam o ensino das disciplinas de forma a não sobrecarregar ou “esmagar” as mentes dos adolescentes com excesso de informações. O aspecto fundamental a ser inculcado na mente do aluno é a busca do progresso por seu próprio mérito ou esforço,

a firmeza de ânimo ou perseverança, retidão de juízo, desenvolvimento da sensibilidade, educação estética, desenvolvimento da expressão oral e escrita e do espírito crítico, aguçando sua capacidade de julgamento (KLEIN, 1997b, p. 48).

O dever cívico e social e a preparação para a inserção no seio da comunidade também são estimados.

Na concepção de Klein (1997b, p. 48), os jesuítas de modo inédito enxergam a escola como um “centro de irradiação na sociedade junto às

famílias dos alunos e como um instrumento eficaz para promover a síntese entre a fé e a cultura, atingindo toda a comunidade próxima”. Em face disso, a preocupação com a justiça na área educativa passa a ser incrementada, defendendo-se a criação de bolsas de estudos para os alunos carentes e outros benefícios sociais. Uma justiça mais distributiva que pode ser alcançada mediante a criação de grupos de pressão constituídos por pais de alunos, pessoas da sociedade, membros de outras instâncias escolares e congêneres, a fim de reivindicar ao governo o financiamento educativo das escolas particulares e as condições para a liberdade de ensino (KLEIN, 1997b). A melhor distribuição das verbas governamentais para a educação deve ser estudada. Esse autor afirma que a interferência dos governantes na programação pedagógica das instituições educativas particulares sempre foi criticada pelo padre Pedro Arrupe, Superior Geral da Ordem dos Jesuítas.

O apostolado educativo colocado entre as quatro prioridades da Ordem Jesuítica pelo padre Arrupe, na década de 1970, enaltece a figura do aluno, tendo-o como meta principal do trabalho educativo, pessoa que deve ser tratada com dignidade, cabendo ao colégio oferecer-lhe um ensino de boa qualidade, incentivando-o a ter um grande ideal de vida, preparando-o para as novas exigências do mundo contemporâneo, dotando-o da capacidade de iniciativa, de criatividade e de adaptação a fim de posicionar-se adequadamente em sociedade. O aluno que se almeja é aquele que tem competência profissional, que é consciente, compassivo, responsável, comprometido com a liberdade e dignidade de todos, que mostre cooperação com os outros. Almeja-se também a superação do mero academicismo, vigente na pedagogia católica clássica, cujo método fomentava o individualismo fechado e formava um homem moldado pela sociedade vigente injusta e dominada.

O padre superior Arrupe, citado em Klein (1997b, p. 58-9), sobre o aluno formado no colégio jesuíta diz: “o aluno é o ser humano para os demais”, assumindo uma atitude de serviço voltado para o outro, aberto, inacabado, interessado na aprendizagem constante e no crescimento contínuo. Sendo o aluno o elemento central do colégio, a ele será oferecida uma formação integral.

Por volta de 1973, o objetivo educacional jesuítico definido pelo padre Arrupe visava “formar homens e mulheres para os demais”, por que “o jovem possui valores a serem cultivados como a visão unificada da vida e a busca do seu ‘por que’ e ‘para quê’” (KLEIN, 1997b, p. 52-3). O aluno é um ser humanizado e equilibrado, devendo para tal se preocupar com o bem comum e estar apto para o enfrentamento da realidade ou dos problemas do cotidiano. Os alunos deverão ser conhecidos em seu contexto sociológico e receber uma orientação pessoal se necessária.

Diferentemente do método educativo tradicional, a nova pedagogia jesuítica pretende preparar um aluno (homem) novo que, mediante a ação, exerça uma transformação na sociedade em prol dos indivíduos excluídos, injustiçados ou marginalizados pelo sistema. A postura do novo aluno vai ao encontro da nova metodologia pedagógica de uma visão dialética do mundo que busca libertá-lo de “falsos valores, pressupostos e preconceitos, levando-o à descoberta das implicações humanas do seu aprendizado, a realizar programas de serviços” (KLEIN, 1997b, p. 50-1).

Essa conversão de mentalidade do educando, provocando-lhe o “espírito de fronteira”, ou seja, a “superação dos próprios limites, tendo em vista sua maior participação nos problemas da comunidade, na reforma das estruturas sociais e da igreja” aparecem no documento denominado o Preâmbulo, aprovado em 1971, responsável pelo reavivamento da visão inaciana (KLEIN, 1997b, p. 50-51). Para atingir os educandos, padre Arrupe sugere a

adoção de conteúdos e meios mais modernos de formação e comunicação, assim como as atividades extra-classe, mais atualizadas e em consonância com o mundo moderno tais como o rádio, a televisão, o cinema, a imprensa, etc. (KLEIN, 1997b, p. 59).

O docente deve estimular o discente a superar a si mesmo enfrentando problemas cotidianos, a exercer a capacidade de liderança de serviço a fim de mudar a realidade na qual ele se insere. A atividade educativa deve ser concebida de forma comunitária e, nesse sentido, a Companhia de Jesus deve se empenhar em prol de um trabalho também comunitário dentro da escola.

No grupo de jesuítas, os esforços pela formação permanente devem ser reiterados especialmente na dimensão espiritual, no zelo sacerdotal religioso e profissional por meio da pesquisa interdisciplinar, buscando a melhor forma de propor a educação de valores cristãos no mundo atual. Essa proposta pode sanar a dificuldade de atingir com eficácia os jovens que hoje são muito influenciados pelas inovações tecnológicas que contribuem para descristianizar e desumanizar o ser humano, conduzindo-o ao ateísmo (KLEIN, 1997b, p. 52).

Formar pessoas competentes, críticas, criativas, dotadas de sensibilidade ante os problemas dos seus contemporâneos e dispostas à ação modificadora da realidade, segundo o Espírito de Jesus Cristo são propósitos máximos da educação jesuítica. A meta do padre Arrupe – “educar em valores” para dizimar a desumanização e, igualmente, incorporar a opção

pelos pobres e pela justiça é assumida com veemência pelo padre-geral Peter-Hans Kolvenbach. “A autodisciplina, perseverança, integridade de caráter, humildade, compreensão dos outros, de suas idéias e limites, são qualidades requeridas àqueles que querem trilhar o caminho humanizador” (KLEIN, 1997b, p. 87).

O padre Arrupe sugere ainda que a avaliação permanente das instituições seja feita por intermédio de planos, cursos, ambiente universitário e sua vida interna.

O planejamento, os conteúdos, os métodos e exercícios são os requisitos que todos os professores terão em conta na elaboração dos programas e atividades escolares para fomentar os hábitos de reflexão [nos educandos, enquanto Kolvenbach procura] integrar o exemplo e o testemunho do educador na amizade ou na interação com o educando, considerando-a desta forma como mediação pedagógica básica (KLEIN, 1997b, p. 90).

O educador deverá desenvolver seu trabalho na linha do *magis*, estar em formação permanente, em contínuo aperfeiçoamento e em busca da competência profissional. Os leigos podem e devem atuar como corresponsáveis na missão de renovar os colégios, tornando-se agentes expansores ou multiplicadores do apostolado e assumindo cargos de direção no centro educativo.

Nas gestões de Arrupe e de Kolvenbach, os membros da Companhia são estimulados a assumir o papel de aprendizes dos leigos, a remunerá-los bem e a investir tempo e dinheiro em sua formação continuada. A “colaboração entre jesuítas e leigos é meio para a prestação de um serviço mais eficaz aos que dele precisem. Os Jesuítas irão se liberando gradualmente dos cargos mais administrativos do colégio e intensificando sua presença nas atividades-fim, formativas” (KLEIN, 1997b, p. 93). O trabalho educativo jesuítico apresentava vários aspectos que se poderiam considerar positivos, como a

integração das várias categorias de pessoas do colégio em comunidades educativas; maior insistência na formação social; renovação dos procedimentos para a formação religiosa; aceitação de maior número de alunos carentes; maior colaboração com colégios e universidades não-jesuítas. Contudo [na opinião de padre Arrupe], ainda suscitava dúvidas e debates sobre a possibilidade de mantê-lo sem uma modificação nas suas finalidades, conteúdos e procedimentos (KLEIN, 1997b, p. 98).

Somente no ano de 1980, com a expressão Nossos Colégios Hoje e Amanhã, padre Arrupe emitiu um documento aos educadores, jesuítas e leigos da extensa rede de instituições educativas da Companhia de Jesus

que lhes serviu de eixo orientador no processo de renovação do seu trabalho, de acordo com as orientações do Concílio Vaticano II, atendendo às exigências de um mundo em mudança.

A partir desse documento, formou-se a Comissão Internacional para o Apostolado Educativo (CIAE), constituída por nove jesuítas e depois por um leigo, representando o trabalho educativo jesuítico no ensino médio em âmbito mundial (KLEIN, 1997b).

A Comissão percorreu um processo de trabalho semelhante ao da elaboração das Ratio studiorum e após três reuniões de trabalho, analisando críticas e sugestões de educadores, foi publicado pelo Pe. Superior Kolvenbach, no ano de 1986, o documento 'Características da educação da Companhia de Jesus' (KLEIN, 1997b, p. 100).

As Características apresentam princípios pedagógicos que diferem da *Ratio studiorum*, a qual apenas prescrevia procedimentos. Klein (1997b, p. 100) afirma que esse novo documento é uma versão atualizada dos princípios pedagógicos da Companhia, apresentando seus novos objetivos educacionais. O grande objetivo da reformulação pedagógica jesuítica é operacionalizar a educação de valores, uma vez que a educação tradicional potencializava em demasia a dimensão intelectual em detrimento de uma educação em valores.

Arrupe afirma que “não é ideal dos nossos colégios produzir pequenos monstros acadêmicos desumanizados e introvertidos” (KLEIN, 1997b, p. 122). Dessa forma, as “Características” oferecem uma visão comum da finalidade da educação jesuítica hoje, constituindo um instrumento para a renovação, o aprofundamento e a avaliação dos colégios, expressando o reconhecimento da importância do trabalho educativo.

Visando orientar os educadores quanto ao modo de “operacionalizar, na sala de aula e no cotidiano escolar, os princípios e valores enunciados nas Características”, a CIAE ampliou a seção referente aos princípios metodológicos da pedagogia jesuítica gerando a versão final do seu trabalho em 1993, denominado Pedagogia Inaciana – Uma Proposta Prática (KLEIN, 1997b, p. 101). Esse documento foi denominado de paradigma (roteiro, modelo) e prioriza algo fundamental no processo de aprendizagem – a reflexão na formação do aluno. Conforme esse novo modelo tende-se a abarcá-lo em todas as dimensões da sua vida, despertando-lhe a capacidade de criticar a sociedade e de “intervir eticamente na superação do que for inumano” (KLEIN, 1997b, p. 102). Pretende-se ainda transformar os modos de pensar

habituais e, para isso, as etapas do paradigma pedagógico iniciano se resumem em contextualização, experiência, reflexão, ação e avaliação.

A contextualização do sujeito a ser considerada leva o docente à verificação de suas expectativas em relação à experiência que almeja vivenciar, de suas reais capacidades e disposições para se analisar sob a ótica do plano de Deus; de suas circunstâncias ambientais e de sua história. As características pessoal, acadêmica e familiar dos alunos pode orientar o professor na seleção dos exercícios a serem aplicados em sala de aula e ao mesmo tempo considerar o valor da pessoa, dedicando-lhe atenção e cuidado. Prevalece ainda a convicção de que a experiência humana é circunstanciada, condicionada e determinada pela realidade e que toda mudança só ocorre em um mundo concreto, palpável e histórico.

Klein (1997b, p. 124) enfatiza que o contexto é um conjunto articulado de fatores, nos campos pessoal, grupal, institucional, pedagógico e sociocultural do aluno: “É a localização da programação da disciplina em relação às demais disciplinas da série e do grau, em relação à programação dos setores ou departamentos voltados para a dimensão educativa”. O paradigma valoriza muito “o contexto do ambiente institucional do colégio”.

A experiência fundamenta-se nos exercícios espirituais quando recomenda ao exercitante “saborear as coisas internamente” (apreender espiritualmente as coisas de Deus e ao mesmo tempo ter conhecimento e amor) para adotar atitudes de afeto, de reflexão e de assimilação pessoal que o motivem à ação, à mudança, à transformação de si e dos outros.

Exige-se conhecer os fatos, os conceitos e os princípios para se ter experiência. Essa palavra, no paradigma, é empregada para “descrever qualquer atividade em que, junto com uma aproximação cognitiva da realidade em questão, o aluno percebe uma reação de caráter afetivo. [...] é o envolvimento das dimensões intelectual e afetiva, direta e indiretamente” (KLEIN, 1997b, p. 125). Envolve integralmente todas as dimensões ou faculdades do homem no objeto de estudo. O confronto entre o conhecimento novo e o velho, permitindo uma compreensão melhor da realidade a ser estudada, ocorrerá de maneira eficaz por meio de exercícios de compreensão, tais como analisar, comparar, contrastar, sintetizar, avaliar. A fase da experiência é de indagação, busca, recepção de dados e cabe ao professor ajudar o aluno aguçando-lhe os sentidos internos e externos, provê-lo dos meios para adquirir experiência, selecionar elementos para o estudo e ajudá-lo a relacionar o conhecimento novo com o conhecimento velho.

A reflexão – etapa inseparável da experiência no processo educativo – viabiliza a educação em valores. Os alunos são incentivados a desen-

volver a atitude reflexiva de acordo com suas experiências. A reflexão permite compreender, assimilar a verdade, assumir posicionamentos pessoais ante o objeto de estudo, diagnosticar as causas do objeto estudado, buscar as relações e conexões do conhecimento assimilado assim como as implicações humanas de tudo que se estuda. As Contribuições consideram como manifestações fundamentais da reflexão o entender e o julgar, ou seja, o discernir.

A ação – dentro da pedagogia jesuítica – constitui o processo formativo que capacita o aluno para uma vida solidária. A ação é entendida em duas etapas, a decisão e a operacionalização. Emitir juízo, julgar, avaliar determinada experiência é um estágio superior da consciência que se complementa com a ação decisiva sobre o que fazer com a verdade, com os conhecimentos obtidos ao longo do processo de aprendizagem pessoal. Nessa direção, Kolvenbach afirma que o docente deve ter sempre em mente a preocupação com o que o aluno fará com a capacitação que recebeu no colégio (KLEIN, 1997b).

A avaliação – considerada a quinta dimensão do paradigma iniciano – é a tomada de consciência dos resultados obtidos pelo discente no domínio dos conteúdos, assim como a verificação do seu desenvolvimento nas suas novas atitudes, nos modos de agir e de estabelecer prioridades.

Essa avaliação não é só classificatória, mas sobretudo integral, envolvendo conteúdos, conhecimentos, atitudes e comportamentos do educando. Entendida dessa forma, o professor detectará o grau de maturidade, de responsabilidade e de comprometimento do educando ante o processo de aprendizagem. Terá condições de melhor acompanhá-lo e orientá-lo, contribuindo substancialmente para o progresso contínuo do aluno.

Para que a avaliação seja eficaz, o corpo docente e a administração devem submetê-la a uma contínua reavaliação e a um questionamento, analisando e criticando os resultados do processo. A finalidade da avaliação é a “busca do *magis* no processo e no resultado do trabalho educativo”, visando alcançar a excelência e o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno (KLEIN, 1997b, p. 131). O que se almeja antes de tudo é a melhor qualidade de vida.

Considera-se que a avaliação é a quinta dimensão do processo, porém não é a última porque ela reinicia também o processo, ou seja, há uma circularidade que dinamiza as cinco etapas (Figura 1):

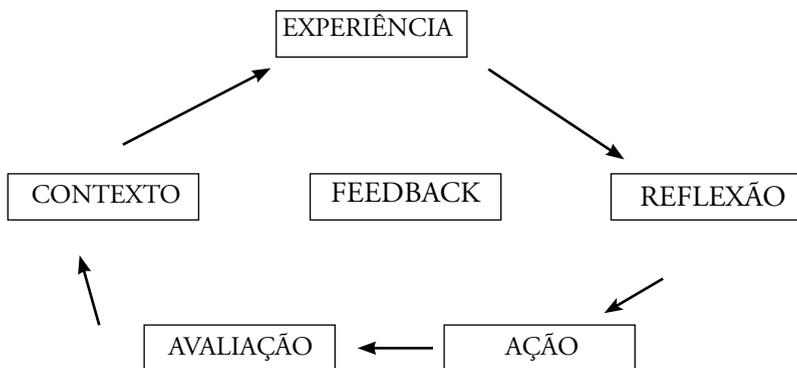


Figura 1: avaliação

A avaliação é o elemento fundamental e responsável pelo *feedback* (ou retroalimentação) do processo.

Ao aplicar as etapas do paradigma pedagógico inaciano, o educador deve ter em mente que o modelo se adapta aos planos de estudo em vigor nas escolas, exigindo uma “nova distribuição das aulas previstas na grade curricular”, referindo-se à mudança de “atitude, mentalidade e enfoque” e a um procedimento contínuo que mantém a “inter-relação de professor, aluno e matéria” (KLEIN, 1997b, p. 131). O paradigma contribui para o aperfeiçoamento dos professores e alunos. O caráter da personalização do processo educativo favorece o enriquecimento do aluno como pessoa humana dotada de capacidade de reflexão crítica. Por outro lado, o uso coerente do paradigma pode propiciar a formação de “hábitos permanentes de aprendizagem [e favorecer a dimensão social do processo educativo com base em] cooperação, partilha e respeito às relações humanas” (KLEIN, 1997b, p. 132). Contribui para criar nos alunos o hábito espontâneo de refletir sobre as experiências, antes de passar à ação.

A pedagogia jesuítica contemporânea, ao contrário da clássica, que dirigia seu olhar exclusivamente para os alunos, hoje se volta para todos os segmentos da escola, ou seja, alunos, professores, diretores, técnicos, administradores, funcionários, pais de alunos e antigos alunos.

O colégio torna-se uma comunidade educativa, na qual todos os segmentos são atores e beneficiários de um serviço educativo e evangelizador. Essa comunidade é chamada a viver interna e externamente os valores que promovem a pessoa humana. Educar o aluno para a competência, para a consciência social e solidariedade requer um processo de ensino e aprendizagem ativo, participativo, crítico e flexível.

A atenção à pessoa, que antes inspirava o processo de ensino e aprendizagem, passa a fundamentar também o modelo organizacional do colégio, a descentralização da direção; a corresponsabilidade das diversas categorias de pessoas; o diálogo interreligioso; o empenho por superar a discriminação da mulher; o ela por resgatar o contato com os antigos alunos. O processo de ensino/aprendizagem coloca a figura do professor como desestabilizador do conhecimento de senso comum dos alunos, o provocador, o instigador, o problematizador de novos conhecimentos. O educador e o aluno são coaprendizes e parceiros da construção do conhecimento.

O paradigma pedagógico inaciano pode contribuir para o aprimoramento do docente, pois permite enriquecer o conteúdo e a estrutura daquilo que os professores estão ensinando. Acentua, também, a dimensão social do ensino e da aprendizagem uma vez que fomenta a cooperação e a comunicação mútuas de experiências mediante o diálogo reflexivo entre os alunos, apoiando-se em uma proposta de educação em valores para o ser humano que o leve à superação “de um modo de pensar, sentir e atuar egoísta e reconheça a dignidade inerente a qualquer pessoa”, capacitando-se e dispondo-se a contribuir, mesmo em pequena escala para a revisão da violência da injustiça institucionalizada e pela exclusão de minorias (KLEIN, 1999).

O objetivo principal da pedagogia jesuítica hoje é responder às exigências das atuais gerações e, por tal, apresenta como proposta a “formação de homens e mulheres comprometidos com os demais na instauração de uma sociedade justa e solidária” (KLEIN, 1999, p. 122). Preocupado com a inserção dos valores no currículo escolar, Gabriel Codina, citado em Klein (1997b) sugere três caminhos para a educação na justiça:

- a incorporação das questões e dos problemas da justiça no próprio currículo escolar;
- o testemunho de justiça da instituição como um todo, com suas linhas e programas de ação;
- a promoção de obras de justiça pelos membros da comunidade educativa.

A Concepção de Currículo, De Ensino e de Aprendizagem

O currículo é primordialmente centrado mais na pessoa que na matéria a ser desenvolvida, necessitando de uma adequação às etapas evolutivas do aluno. No planejamento consciencioso do programa e na articulação entre as matérias, prevalecerá o princípio dos exercícios estruturais: “*Non multa,*

sed multum” (Não é quantidade de matéria tratada que é importante, mas antes uma formação polida, profunda e básica) (KLEIN, 1997b, p. 111).

Ao tratar da metodologia de ensino, o paradigma relembra que a educação jesuítica sempre foi eclética, caracterizando-se pela incorporação sistemática dos métodos hauridos de diversas correntes pedagógicas e dos elementos que mais favorecessem a consecução de suas metas.

A metodologia enfatiza a interação envolvendo o elemento essencial que é a reflexão, acompanhado pelas habilidades de aprendizagem mais complexas relativas à compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. A concepção de educação seguida da aprendizagem integral envolve a cognição, a afetividade, a criatividade, o senso de admiração e de mistério diante do estudo da criação.

Segundo Klein (1997b, p. 112), o aluno deve desempenhar um papel ativo na aprendizagem, ajudado pelo professor a “aprender com independência e assumir a responsabilidade de sua própria educação, podendo aprender, mas ciente de que muito mais importante é aprender a aprender e desejar continuar aprendendo”. O aluno deve caminhar rumo à maturidade do conhecimento e da liberdade. Para Kolvenbach (*apud* KLEIN, 1997b, p. 112) os métodos mais utilizados pelos jesuítas são: o uso da preleção; a seleção dos objetivos do estudo e a adaptação destes à realidade dos alunos; atividade própria do aluno; variedade dos exercícios; apresentação das encenações, complementando-se com aulas em laboratórios, ateliês e oficinas.

O Docente, O Discente E Sua Relação

Klein (1997b) afirma que a figura do docente, de acordo com o pensamento inaciano, é vista como ajudante, ou seja, aquele que serve ao discente e colabora com seu processo formativo. As atitudes básicas do docente – interesse, confiança, respeito, amizade, proximidade, orientação, exemplo e intercâmbio com o aluno – devem prevalecer, fortalecendo o relacionamento entre ambos. “A presença física e o contato constante do professor com o aluno propiciam o conhecimento de seu mundo, de seus desejos e inquietações, estabelecendo uma relação de empatia” (KLEIN, 1997b, p. 114).

Assim, o professor poderá orientar o aluno para um conjunto de valores que favorecerão o crescimento pessoal e as relações interpessoais, levando-o ainda a refletir sobre as próprias experiências a fim de tornar-se independente no processo de aprendizagem. Convicto de que a clareza da compreensão do estudo provém do esforço de raciocínio do aluno, o professor

explicará sucintamente a ordem e o modo da matéria, narrando os fatos fielmente. Alguma informação fundamental terá uma breve explicação. Distribuirá com flexibilidade o tempo para estudo, encorajará os desanimados, questionará aqueles que não conseguiram envolver-se no trabalho ou os que avançam demais; ouvirá sentimento e problemas de outros, ajudando-os a descobrir as causas (KLEIN, 1997b, p. 115).

O discente será sempre ajudado, orientado, estimulado, encorajado, incentivado a experimentar as diversas dimensões de sua formação integral, cabendo a ele assumir esse processo de educação (KLEIN, 1997b). No documento “Características da Educação da Companhia de Jesus, de 1986, o discente é considerado protagonista. Concebido como uma pessoa em processo de crescimento e formação, não é um receptáculo passivo e nem mero beneficiário do processo educativo, mas seu agente em parceria com o docente. Enfatizando esta ideia, Klein (1997b, p. 116) cita: “É o atleta da ginástica espiritual com um papel ativo no estudo pessoal, na descoberta, na criatividade”.

O educando tem seu lugar próprio reconhecido estatutariamente na comunidade educativa, sendo incentivado a participar em grêmios, conselhos, comissões. Não há relação de poder (professor) e de submissão (aluno) porque ambos passam a ser “parceiros” e assim “se nutrem de uma constante experiência do outro” (KLEIN, 1997b, p. 117).

A Formação Contínua dos Adultos

O relacionamento docente/discente ajuda o professor a abrir-se e a continuar a aprender. Destarte, o professor é estimulado a prosseguir seu desenvolvimento na compreensão do mundo, na competência profissional, nas técnicas pedagógicas, na dimensão intelectual, afetiva e espiritual.

Todos os colégios são orientados a proporcionar programas de formação permanente, em especial sobre os fundamentos e objetos da pedagogia jesuítica, para os seus colaboradores leigos, para os pais e para os antigos alunos (KLEIN, 1997b).

Conforme a exposição anterior, a renovação dos métodos pedagógicos jesuíticos e a modernização dos colégios da Ordem ocorreram a partir da promulgação da renovada *Ratio studiorum* de 1954, voltada para os estudos superiores dos jesuítas. O paradigma pedagógico inaciano contemporâneo,

apoiado na contextualização, experiência, reflexão, ação e avaliação, foi estruturado após a edição dessa *Ratio*.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Renascimento: a nova imagem do homem. In: *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989. 288 p. Cap. 7, p. 102,129.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Idade moderna – a pedagogia realista. In: *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989. Cap. 8, p. 130-149.
- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Normas particulares sobre as universidades católicas, para aplicação da constituição apostólica Ex-Corde Ecclesiae*. Mimeage.
- CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga. *A gestão coletiva na construção da UCG*. Goiânia: Ed. da UCG, 1995. mimeage.
- FRANCA, Leonel, S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: AGIR.
- GABINETE DA REITORIA. *Projeto acadêmico da UCG: processo em construção*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- GABINETE DA REITORIA. *VIII Encontro de Planejamento Integrado: Desafios da UCG para o próximo triênio*. Goiânia: Ed. da UCG, 1999.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério – 2º Grau. Série Formação do Professor). p. 20-1.
- JOÃO PAULO II. *Constituição apostólica sobre as universidades católicas*. Petrópolis: Vozes, 1990. (Documentos Pontifícios, 238).
- KLEIN, Luiz Fernando, S. J. *Educação personalizada: desafios e perspectivas*. São Paulo: Loyola, 1998..
- KLEIN, Luiz Fernando, S. J. *Atualidade da pedagogia jesuítica*. São Paulo: Loyola, 1997.
- KLEIN, Luiz Fernando, S. J. *O atual paradigma pedagógico dos jesuítas e a proposta de Pierre Faure: educação personalizada e solidariedade*. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo.
- KLEIN, Luiz Fernando, S. J. *Educação e solidariedade: a pedagogia jesuítica hoje*. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999. Cap. II, p. 121-50. (Saberes da docência).
- MANACORDA, Mario Alighiero. A educação no quinhentos e no seiscentos. In: *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. 6. ed., São Paulo: Cortez, 1997. Cap. VII, p. 136-226 :
- OSOWSKI, Cecília Irene; BECKER, Lia Bergamo (Orgs.). *Visão inaciana da educação: desafios hoje*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. *Universidade Católica de Goiás: desafios e alternativas*. Goiânia: Ed. da UCG, 1993, n. 1.
- SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. *Universidade Católica de Goiás: Política acadêmica e estrutura administrativa em debate*. Goiânia:Ed. da UCG, 1994. n. 2
- SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. *SGC / UCG: identidade e finalidades*. Goiânia: Ed. da UCG, 1996, n. 3.

SOUZA, João Ernandes de (Org.). *Relatório da gestão (Clélia Brandão Alvarenga Craveiro) 1994-1998*. Goiânia: Ed. da UCG, 1998.

ZAN, Mário (Org.). *Pedagogia inaciana: uma proposta prática*. Tradução de S.J. Mauricio Ruffier 3. ed. São Paulo: Loyola, 1994. 119 p. (Documenta S. J.).

Abstract: the article about Catholic Education and the contemporary Jesuit proposal allows to know the principles and strategies of classical and contemporary Jesuit pedagogy applied in nationwide Catholic higher education. The application of the Ratio Studiorum was crowned everywhere, with undeniable success. The pedagogy adopted by the Jesuits was characterized by the Ignatian spirit, based on the humanist curriculum, in the unity of method and order. The quality of education and the training of critical, creative, competent and willing to modify the reality people are maximum purposes of Jesuit education.

Key words: jesuit pedagogy, ratio studiorum, private higher education

ZILDETE INÁCIO DE OLIVEIRA MARTINS

Doutora em Educação pela Unesp. Professora na Universidade Federal de Goiás (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais). Professora no departamento de Filosofia e Teologia da PUC de Goiás.